



## ENTRE A RETÓRICA DA IDEOLOGIA DE GÊNERO E A INCLUSÃO: uma análise dos desafios e possibilidades para trabalhar gênero e sexualidade nas escolas de Educação Básica do Brasil

**BETWEEN THE RHETORIC OF “GENDER IDEOLOGY” AND INCLUSION: an  
analysis of the challenges and possibilities for working on gender and sexuality in  
Basic Education schools in Brazil**

### ARTIGO

**Helton Gonçalves de Oliveira<sup>1</sup>**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

E-mail: [heltongoncalvesdeoliveira@gmail.com](mailto:heltongoncalvesdeoliveira@gmail.com)

### RESUMO:

Este artigo analisa os desafios da implementação de uma educação sexual inclusiva nas escolas brasileiras, confrontando as pressões de grupos conservadores com a urgência de políticas baseadas em direitos humanos. Por meio de revisão bibliográfica e documental de natureza qualitativa, sobretudo do período 2010–2023, e da análise de documentos curriculares e normativos, demonstra-se que a resistência político-religiosa obstrui o cumprimento das normativas legais sobre diversidade sexual. Argumenta-se que a teoria queer oferece ferramentas para desconstruir normas binárias em sala de aula, propondo um currículo que valorize vivências de pessoas LGBTQIA+ e enfrente a homofobia estrutural. As conclusões destacam a necessidade de formação docente e materiais pedagógicos antirracistas, posicionando-se contra a censura ao debate de gênero na educação.

Palavras-chave: Educação sexual; diversidade sexual; teoria queer; homofobia; políticas educacionais.

### ABSTRACT:

*This article analyzes the challenges of implementing inclusive sex education in Brazilian schools, confronting the pressures of conservative groups with the urgency of human rights-based policies. Through a qualitative bibliographic and documentary review, primarily covering the period 2010–2023, and the analysis of curricular and normative documents, it demonstrates that political-religious resistance obstructs the fulfillment of legal norms on sexual diversity. It argues that queer theory offers tools to deconstruct binary norms in the classroom, proposing a curriculum that values the experiences of LGBTQIA+ people and confronts structural homophobia. The conclusions highlight the need for anti-racist teacher training and pedagogical materials, positioning themselves against censorship of gender debate in education.*

*Keywords: Sex education; sexual diversity; queer theory; homophobia; educational policies.*

Editores:

Dr. João Batista Lopes da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso

e-mail: [revistaedu@unemat.br](mailto:revistaedu@unemat.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A educação sexual nas escolas brasileiras tem se constituído, historicamente, como um campo de disputas políticas, culturais e religiosas, marcado por avanços normativos e resistências sociais. Nesse contexto, o presente artigo analisa as barreiras políticas, religiosas, culturais e ideológicas que dificultam a implementação de práticas educativas comprometidas com os direitos sexuais e de gênero nas escolas brasileiras. A definição de gênero adotada neste trabalho fundamenta-se na formulação da pesquisadora feminista Joan Scott, segundo a qual o conceito se estrutura a partir da articulação entre duas proposições centrais.

Para a autora, “(1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). O estudo também propõe, a partir da teoria queer, estratégias de análise crítica do currículo e das políticas educacionais, visando desconstruir normas heteronormativas (compreendidas como a naturalização da heterossexualidade como norma social legítima) que restringem a educação sexual. Nessa conjuntura, a educação assume papel central na formação de sujeitos críticos e comprometidos com a convivência democrática, como defende Freire (1979), ao afirmar que a prática educativa deve contribuir para a transformação social.

Do ponto de vista normativo, diversos instrumentos legais asseguram o respeito às heterogeneidades sociais, sexuais e de gênero e o combate à homofobia nas instituições de ensino. Dentre eles, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (2014–2024). Também contribuem para esse esforço iniciativas governamentais, como o Brasil sem Homofobia e o Plano de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Mas, embora documentos legais e tratados internacionais de direitos humanos reconheçam a importância do respeito à diversidade sexual e de gênero, a efetivação dessas diretrizes no cotidiano escolar permanece limitada. Ainda, observa-se que “sexualidade entendida em seu aspecto social e histórico continua a ser negligenciada nos currículos escolares” (Coelho; Campos, 2015, p. 898). Essa constatação não se apoia somente na produção acadêmica, mas também na experiência profissional do pesquisador na área da Educação<sup>1</sup>.

Com mais de duas décadas de atuação na Educação Básica, o estudioso observou “a manutenção de uma educação sexista, racista, homo/lesbo/bi/transfóbica e discriminatória no ambiente escolar” (Carreira, 2016, p. 31). As práticas educativas sobre sexualidade, quando ocorrem, permanecem limitadas à dimensão biológica, ignorando a diversidade de experiências e identidades. Desse modo, enfrentam dificuldades para reconhecer e refletir sobre a pluralidade sexual, reduzindo-a a uma lógica exclusivamente reprodutiva (Altmann, 2013).

À vista disso, “é importante desenvolver um olhar atento e crítico para as abordagens pedagógicas sobre gênero e sexualidade, criadas em uma perspectiva de saúde pública” (Miskolci, 2012, p. 49). Diante do exposto, a problemática central do artigo consiste na dificuldade de incorporar, efetivamente, conteúdos relacionados à sexualidade e gênero no ambiente escolar. Isso acontece, principalmente, devido à resistência de professores, pais e responsáveis pelos alunos, frequentemente influenciados por retóricas político-religiosas de caráter conservador.

Portanto, a questão central da pesquisa é: como promover uma educação sexual que seja inclusiva e capaz de desconstruir normas discriminatórias, formando sujeitos respeitosos à diversidade? A fim de responder a essa pergunta, será discutido o histórico do tema no Brasil e refletido sobre as dificuldades e possibilidades de transformação do espaço escolar por meio de práticas docentes que reconheçam as múltiplas experiências e identidades. Para esse propósito, a organização do texto apresenta uma estrutura que aborda os desafios da educação sexual no Brasil sob diferentes perspectivas.

O desenvolvimento do trabalho organiza-se em metodologia e três subseções principais, nas quais são abordados diferentes aspectos do tema. Na metodologia, descreve-se como a pesquisa foi conduzida e quais métodos orientaram a coleta e a análise dos dados, bem como

1 O pesquisador exerceu funções como professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Auxiliar de Secretaria, Supervisor Pedagógico, Secretário Municipal de Educação e atualmente é Analista Educacional/Inspetor Escolar.

foram analisados os estudos de pesquisas empíricas, legislações, documentos oficiais e obras teóricas. Por meio da análise de conteúdo, examinaram-se mensagens, imagens e falas presentes nos materiais selecionados, com a identificação de temas recorrentes e categorias de discurso.

A subseção Educação sexual nas escolas brasileiras: desafios e conflitos entre diversidade, política e cultura no Brasil aborda o histórico do tema. Mostra como os obstáculos políticos, religiosos e culturais dificultam construir uma educação inclusiva e plural, ao influenciar currículos e práticas pedagógicas e reforçar uma visão limitada e conservadora da sexualidade. Nesse cenário, a influência de discursos conservadores impede o debate crítico sobre temas como direitos das pessoas LGBTQIA+, entre outros.

Já na subseção A influência da 'ideologia de gênero' nas mídias e na política e seus efeitos na educação e na sociedade, discutem-se as influências midiáticas, ideológicas, religiosas e culturais que sustentam padrões heteronormativos. A difusão da retórica da 'ideologia de gênero' é enfatizada como uma arma política para tornar impopulares os que defendem a discussão da diversidade sexual na escola. Como consequência, há a perpetuação de manifestações de aceitação somente da heterossexualidade, gerando preconceitos, discriminação e violência, comprometendo a construção de ambientes escolares acolhedores e equitativos.

Na terceira subseção, intitulada Transformação da escola para lidar com a diferença, destaca-se a relevância da teoria queer na desconstrução de normas e de estratégias didáticas que obstaculizam a construção de ambientes escolares acolhedores e inclusivos. Essa perspectiva teórica visa garantir um ambiente de acolhimento às diferenças, questionando padrões heteronormativos e promovendo práticas educativas comprometidas com a pluralidade de identidades. Além disso, a teoria queer resiste aos discursos e intervenções conservadores que procuram silenciar ou patologizar as diferentes identidades de gênero no contexto escolar.

As considerações finais apresentam a síntese dos principais entraves identificados na pesquisa, que limitam o desenvolvimento de uma educação inclusiva e plural. A partir dessa análise, defende-se um currículo que valorize a diversidade, promova uma educação crítica e questione normas excludentes. Para tanto, propõe-se investir na formação continuada de professores, na implementação de práticas pedagógicas diferenciadas e no uso de materiais didáticos voltados à pluralidade de identidades, articulados a um diálogo permanente entre escola e sociedade.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e revisão de bibliografia, para compreender como políticas educacionais e produções acadêmicas tratam a diversidade sexual e a questão de gênero no contexto educacional brasileiro. Foram analisados três tipos de materiais, sendo o primeiro referente a documentos oficiais — legislações e diretrizes com impacto nacional, como a LDB, os PCNs, a BNCC e o PNE. O segundo grupo refere-se a programas governamentais voltados à diversidade sexual, como o Brasil sem Homofobia, por articularem políticas públicas de combate à homofobia e a outras formas de discriminação no ambiente escolar.

O terceiro abrange produções acadêmicas — artigos, dissertações e teses publicados, especialmente entre 2010 e 2023, selecionados em periódicos e repositórios reconhecidos. A seleção das fontes de pesquisa seguiu os critérios de relevância temática (foco em gênero, sexualidade, teoria queer e educação) e impacto político ou social (documentos normativos ou debates amplamente difundidos). A interpretação dos materiais baseou-se na Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), realizada em duas etapas: a codificação inicial e a incorporação de categorias emergentes.

Na codificação inicial, foram registradas categorias prévias, como diversidade, igualdade, direitos sexuais e gênero, bem como o registro de menções explícitas presentes nos documentos analisados. Em seguida, categorias emergentes identificadas ao longo das leituras foram incorporadas à matriz de análise, permitindo o refinamento progressivo do processo interpretativo. Esse procedimento possibilitou organizar os dados de forma sistemática, identificar temas e padrões recorrentes e ampliar a compreensão das diferentes abordagens sobre o objeto de pesquisa.

Em complemento, aplicou-se o método comparativo, que possibilitou confrontar

documentos de diferentes períodos históricos, além de contrastar legislações, diretrizes oficiais, programas governamentais e discursos midiáticos/políticos. Esse procedimento identificou convergências, contradições e tensões entre discursos oficiais, acadêmicos e pedagógicos, revelando continuidades e rupturas na abordagem de gênero e diversidade sexual. Com esse percurso metodológico, foi possível identificar obstáculos que dificultam uma educação sexual crítica e inclusiva, bem como apontar caminhos para práticas transformadoras, fundamentadas nos direitos humanos e na valorização das identidades diversas.

### **3 EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: DESAFIOS E CONFLITOS ENTRE DIVERSIDADE, POLÍTICA E CULTURA NO BRASIL**

A sexualidade nas escolas é historicamente precedida por focos de atenção em temas como onanismo (masturbação), “doenças sexualmente transmissíveis [atualmente denominadas infecções sexualmente transmissíveis — IST]”, AIDS e gravidez na adolescência” (Altmann, 2013, p. 70). Portanto, a percepção desses temas como problemas sociais justificou sua inclusão nos currículos das instituições de ensino, encarregadas de participar na administração da sexualidade. Nessa conjuntura, Ribeiro (2013) afirma que as discussões sobre a sexualidade começam a ser incorporadas no currículo escolar brasileiro no início do século XX, sob forte influência das ideias médico-higienistas herdadas do século XIX.

No entanto, a primeira iniciativa registrada de inserção da Educação Sexual no currículo de uma escola aconteceu em 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro, restringindo-se inicialmente ao estudo de aspectos reprodutivos (Ribeiro; Bueno, 2019). As atividades duraram até 1934, sendo interrompidas após o professor responsável pelo projeto ser processado e demitido por suposta conduta inadequada durante as aulas (Figueiró, 1998). Desse período até a década de 50, “época em que a Igreja Católica mantinha severa repressão ao tema” (Sayão, 1997, p. 108), não há registros de outras iniciativas nessa área.

Segundo Rosemberg (1985, p. 12), “[...] a Igreja Católica constituiu um dos freios mais poderosos, até a década de 60, para que a Educação Sexual formal penetrasse no sistema escolar brasileiro.” Ela controlava o discurso sobre a sexualidade, compreendida “[...] como algo pecaminoso e restrito exclusivamente à função reprodutiva” (Ribeiro; Bueno, 2019, p. 8). Ainda segundo os autores, no início dos anos de 1960, as transformações culturais e alterações políticas e sociais daquele período abriram espaço para a implementação de programas de Educação Sexual em várias escolas.

Entretanto, entre 1964 e 1978, o período foi marcado por censuras e “[...] uma política de planejamento familiar pró-natalista, existente no interior de um clima mais amplo de puritanismo, autoritarismo e repressão política” (Ribeiro; Bueno, 2019, p. 8). Nessas circunstâncias, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1971 (Lei n.º 5.692/71), apesar de destacar a formação integral do cidadão e incluir aspectos de higiene e saúde no seu texto, não tratou claramente sobre a educação sexual. Destarte, só após a reabertura política, no final da década de 1970, houve a retomada do tema nas escolas e na produção acadêmica.

Para Ribeiro (2013, p. 12), esse recomeço é:

[...] motivado pelos movimentos feministas, pelos movimentos de controle populacional, pela mudança no comportamento sexual do jovem, principalmente devido à pílula como método anticoncepcional, e também pelo avanço da medicina no controle das doenças sexualmente transmissíveis.

Contudo, esse reinício não ocorreu de forma homogênea e, nos primeiros anos da década de 80, o tema ainda gerava protestos e ameaças (Pinheiro, 1997). Também nesta época, com o surgimento da epidemia de HIV/AIDS, a sociedade foi instigada a retomar a reflexão sobre a sexualidade enquanto questão social e educativa (Pinheiro, 1997; Silva, 2002). Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96, e a instituição da temática transversal denominada orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), reconheceu-se a necessidade de se debater a sexualidade.

Busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o

direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (Brasil, 1998, p. 287).

Os PCNs foram apresentados como uma proposta curricular com significados mais amplos de sexualidade e gênero, buscando integrar debates contemporâneos, princípios educacionais e diretrizes oficiais ao cotidiano das práticas escolares brasileiras. Mas, devido à falta de formação específica para trabalhar o tema e ao medo da reação dos pais e alunos, os educadores passaram a lidar com dilemas ao abordar a diversidade sexual (Altmann, 2013). O combate à homofobia, por exemplo, raramente é socialmente aceito, “pois, em alguns casos, ela é equivocadamente lida como incentivadora da homossexualidade” (Altmann, 2013, p. 76).

No início de 2000, o Plano Nacional de Educação de 2001 (Lei n.º 10.172), apesar de ter nascido em um momento de intensa mobilização social, tratou as questões de gênero e orientação sexual conservadoramente. Esse documento omitiu qualquer reflexão sobre as necessidades e direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (BRASÍLIA — DF, 2007). Esses temas, porém, foram foco do “[...] programa Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual, a partir de 2004” (Altmann, 2023, p. 75).

Um dos objetivos dessa política pública era a formação profissional, sendo as escolas espaços importantes para combater a homofobia através da promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. Porém, tais iniciativas enfrentaram forte oposição de grupos religiosos e políticos no Congresso nacional, resultando no seu enfraquecimento (Altmann, 2013). Como consequência, em 2011, foi suspensa a distribuição de vídeos produzidos pelo programa, destinados à formação dos professores.

Por seu lado, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB n.º 4 de 2010, incluíram gênero e sexualidade como conteúdos a serem trabalhados em toda a Educação Básica. Enquanto documentos normativos, as DCNs definem fundamentos comuns para a organização do ensino em todo o país e orientam como a educação deve ser concebida e conduzida em suas diferentes etapas e modalidades (Soares; Santos; Pereira, 2018). Mas, apesar desse avanço normativo, o Informe Brasil (2013) apontou preocupações quanto a retrocessos nas políticas públicas federais sobre gênero e sexualidade a partir de 2011.

Segundo Carreira (2016), o veto ao Kit Escola sem Homofobia, a suspensão dos materiais do programa Saúde e Prevenção nas Escolas e a interrupção da entrega de preservativos em escolas de ensino médio evidenciam tais recuos. Elaborado pela organização Ação Educativa, o relatório Informe Brasil, apresentado ao Congresso Nacional em 2011 e também em audiência pública na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ofereceu um panorama abrangente sobre gênero e educação. Atualizado em 2013, tornou-se referência nos debates que antecederam a segunda Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2014), reafirmando a relevância da Ação Educativa, associação civil que atua na promoção de direitos educativos, culturais e juvenis.

Quanto ao Plano Nacional de Educação (2014–2024), a proposta inicial enviada à Câmara dos Deputados, no artigo 2.º, inciso III, previa a superação das desigualdades raciais, regionais, de gênero e de orientação sexual (Ação Educativa, 2023). No entanto, diante da pressão de grupos católicos, evangélicos e do movimento Escola sem Partido que combatiam o que chamavam de ‘ideologia de gênero’, as menções a gênero e diversidade sexual foram excluídas do texto final. Em seguida, a Conferência Nacional de Educação aprovou, em novembro de 2014, a proposta de Diretrizes Curriculares sobre Educação, Gênero e Diversidade Sexual para a educação básica e superior.

Porém, tais diretrizes não foram implementadas em razão de instabilidades políticas, como o impeachment da presidente Dilma Rousseff. No que lhe diz respeito, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfrentou duas grandes polêmicas ao ser lançada: para uma parte da esquerda, era um projeto de privatização da educação; para parte da direita, era doutrinação. Assim como em outros documentos sobre currículo e políticas educacionais, menções à

identidade de gênero e orientação sexual foram retiradas da sua versão final.

A exclusão desses termos demonstra o preconceito que existe e a necessidade de uma renovação no currículo para haver avanços na abordagem dessa temática. Esse contexto requer esforço político para mudar materiais escolares, aumentar a consciência e quebrar estereótipos, garantindo equidade em todos os níveis da educação básica.

#### **4 A INFLUÊNCIA DA ‘IDEOLOGIA DE GÊNERO’ NAS MÍDIAS E NA POLÍTICA E SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO E NA SOCIEDADE**

Em recente estudo, Souza (2022) investigou as representações do conceito ‘ideologia de gênero’ como instrumento político nas duas mídias de maior circulação digital em seus países: Folha de S.Paulo (Brasil) e Expresso (Portugal). O estudo comprovou o fortalecimento, na última década, da posição conservadora na esfera pública e política de maneira intensa no Brasil. Nesse cenário, representantes do governo federal e do Congresso Nacional discutiram constantemente a ‘ideologia de gênero’ de 2019 a 2022, revelando um contexto político complexo.

Com foco específico na educação e em processos eleitorais, o termo ‘ideologia de gênero’ vem sendo utilizado como instrumento político para representar o poder do discurso heteronormativo (naturalização da heterossexualidade como padrão social legítimo) no Brasil. Conforme a pesquisadora, essa retórica ganhou contornos fundamentalistas, populistas e de direita, defendendo princípios tradicionais como a vida, a família e a proteção das crianças com maior vigor. Esse conservadorismo se dá principalmente devido à presença da religiosidade na política, que pode ser percebida tanto “no Brasil quanto em toda a América Latina”.

As denominações cristãs, por desfrutarem de uma sólida reputação política, exercem influência significativa sobre pautas sociais, especialmente aquelas relacionadas à sexualidade. Ademais, a crescente visibilidade na mídia dos representantes dessas entidades fortalece suas propostas e mobilizações políticas, impactando o modo de pensar das pessoas. Destaca-se nesse contexto a transição do discurso bíblico para o científico nas estratégias religiosas contemporâneas, com essas lideranças reformulando suas falas para participar ativamente dos debates públicos sobre orientação sexual e identidade de gênero (Souza, 2022).

Essa transformação nas manifestações revela um esforço para adaptar-se e ganhar espaço nas discussões sociais atuais sobre questões de gênero e sexualidade, objetivando influenciar a opinião pública segundo os seus pensamentos. Por conseguinte, vários movimentos políticos aproveitam o apoio das entidades religiosas, utilizando, inclusive, estratégias como espetacularização e desdemocratização/populismo para mobilizar apoio popular e até mesmo saírem vitoriosos em eleições. De maneira similar, recorrem a documentos jurídicos para barrar legislações no Congresso e para questionar decisões progressistas aprovadas pelo Judiciário (Souza, 2022).

Dessa forma, há apropriação e ressignificação do conceito da ‘ideologia de gênero’ (IdG) por esses grupos, que o utilizam como uma ferramenta política para manter padrões tradicionais de sexualidade. Além disso, esse discurso é mobilizado para gerar pânico moral (medo social coletivo em relação a determinados grupos de pessoas ou assuntos) na sociedade. Essa prática reforça padrões de gênero hierárquicos, deslegitimando os avanços nos direitos relacionados à diversidade sexual e de gênero, especialmente das pessoas LGBTQIA+<sup>2</sup>.

Dessa maneira, há uma tentativa deliberada de naturalizar a heterossexualidade para

---

2 LGBTQIA+ é um movimento político e social voltado à defesa da diversidade, da ampliação da representatividade e da garantia de direitos, sendo a própria sigla uma expressão dessa luta por igualdade e respeito. A letra L refere-se às lésbicas, mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres; G diz respeito aos gays, homens que se relacionam com outros homens; e B identifica as pessoas bissexuais, que sentem atração por homens e mulheres. A letra T corresponde às pessoas transexuais, cuja identidade de gênero não coincide com o gênero atribuído no nascimento, não estando essa condição ligada à orientação sexual, incluindo também as travestis. O Q refere-se às pessoas queer, que questionam e transitam entre as categorias tradicionais de gênero, compreendendo a sexualidade e a identidade de gênero como construções sociais. A letra I diz respeito às pessoas intersexo, cujas características biológicas não se enquadram nos padrões binários de masculino e feminino. Já o A refere-se às pessoas assexuais, que não sentem atração sexual, independentemente do gênero. Por fim, o sinal de mais (+) amplia a sigla para incluir outras identidades e experiências, como a pansexualidade, marcada pela atração que não se limita ao gênero (Silva, 2020).

esconder os verdadeiros objetivos políticos por trás dessas ideias, como a manutenção do poder político e o controle da educação. Essas interferências dificultam implementar práticas educacionais inclusivas, servindo como pano de fundo cultural para fundamentar a objeção de consciência. Essa dinâmica mostra a divisão do debate sobre essa narrativa na mídia e reflete as tensões sociais e políticas da era moderna.

Nessa perspectiva, a educação é vista como um instrumento de apoio à transmissão de ideais e comportamentos conforme os interesses políticos e culturais dominantes. Tal fato cria silêncio para as vozes e experiências que não se encaixam em modelos hegemônicos, dificultando a construção de uma sociedade mais justa. Isso tem implicações graves, por gerar violência e discriminação contra indivíduos cujas identidades e orientações sexuais não se enquadram nos padrões heteronormativos; por exemplo, meninos masculinos femininos ou meninas femininas masculinas (Miskolci, 2012).

## 5 TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA PARA LIDAR COM A DIFERENÇA

### 5.1 A teoria queer e o currículo

Para ser verdadeiramente democrática, a escola precisa de um currículo que reconheça e integre as diferentes experiências culturais, sociais e identitárias dos alunos, criando um ambiente seguro e inclusivo. A teoria queer pode contribuir nesse processo, ao questionar normas que sustentam a heterossexualidade compulsória e o binarismo de gênero. Essa ideia surgiu nos Estados Unidos em meados dos anos 1980 para rebater o terror social promovido pela epidemia de AIDS e a inércia do governo diante daquela crise.

O queer emerge “[...] como reação e resistência a um novo momento biopolítico [isto é, de controle dos corpos e das populações] instaurado pela aids, materializando-se em movimentos como o Queer Nation, que reivindicavam a identidade abjeta e rejeitada socialmente” (Miskolci, 2012, p. 24). No Brasil, essa ideia ganha força nos anos 2000, sobretudo pela educação e pelo diálogo com autoras como Guacira Lopes Louro. A teoria ‘queer’ propõe olhar para além das identidades fixas, buscando desconstruir categorias comuns que classificam, organizam, excluem pessoas em razão da expressão de gênero e orientação sexual.

[...] não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo (Miskolci, 2012, p. 27).

Logo, seu foco não é o reconhecimento para uma identidade exata, como “gay” ou “lésbica”, mas em derrubar as regras que geram exclusão e estigmatismo. Nesse sentido, trazer essa perspectiva para a escola significa repensar o currículo, promovendo uma educação que valorize as diferenças e forme cidadãos conscientes e comprometidos. Ou seja, uma formação que priorize a equidade, o respeito à diversidade e o combate à homofobia e a outras formas de discriminação relacionadas à orientação sexual e às identidades de gênero.

Sob essa ótica:

Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades [...]. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu (Louro, 2018, p. 48).

Em outras palavras, esta concepção nos leva a refletir sobre a necessidade de um processo educacional que não somente transmita informação, mas também transforme a vida das pessoas, combatendo as desigualdades e injustiças sociais. Sugere-se, então, que leis, documentos oficiais e currículo escolar sejam revistos e os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) passem a incorporar temas relacionados à ampla variedade sexual e de gênero. Ainda podem ser adotadas estratégias como elaboração e distribuição de materiais didáticos com narrativas não normativas, bem como a formação continuada de professores com foco no combate à homofobia e à transfobia no contexto escolar.

## 5.2 Trabalhando a teoria queer na sala de aula

Incluir a teoria queer nas práticas pedagógicas estimula a análise crítica de gênero e sexualidade, favorecendo o diálogo, a reflexão sobre as diferenças e a desconstrução de ideias cristalizadas. Nesse sentido, atividades práticas de valorização da diversidade contribuem para formar uma cultura escolar baseada em respeito, inclusão e direitos humanos. Assim, uma das estratégias possíveis para usar em sala de aula é propor a análise de textos, músicas e filmes que tragam discussões ligadas à teoria queer.

A partir dessas obras, os estudantes podem identificar mensagens, refletir sobre preconceitos e perceber como a cultura molda percepções e influencia processos discriminatórios. Outra possibilidade são os debates em sala, sempre mediados respeitosamente, para os alunos expressarem suas opiniões e aprenderem a dialogar sobre diferenças. Também é possível organizar oficinas nas quais os próprios estudantes produzam materiais educativos — cartazes, podcasts, vídeos ou pequenas campanhas — voltados à valorização da diversidade.

Esses trabalhos podem se transformar em projetos mais amplos, que ultrapassem os muros da escola e envolvam a comunidade, fortalecendo a conscientização coletiva. Outro ponto central é o uso da linguagem, com orientações ao grupo de estudantes para adoção de termos inclusivos e não discriminatórios, visando criar uma convivência mais justa, onde ninguém se sinta invisível. Esse cuidado cotidiano dá consistência ao trabalho pedagógico e contribui para a formação de uma cultura escolar baseada em empatia, pluralidade e direitos humanos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos neste artigo, a educação sexual no Brasil ainda encontra barreiras, sobretudo pela influência de fatores religiosos e políticos. A chamada ‘ideologia de gênero’ tem sido usada como ferramenta de disputa, desqualificando quem defende a diversidade sexual e alimentando o medo em torno do tema. Consequentemente, as discussões sobre gênero e sexualidade são marcadas por tensões entre o avanço legal e a resistência cultural e política.

Apesar disso, a escola continua sendo um espaço de transformação e pode assumir um papel decisivo nesse debate. Uma postura crítica, inspirada na teoria queer, pode ser, nesse sentido, uma alternativa para desconstruir normas que excluem e abrir caminho para o reconhecimento e a valorização das diferentes identidades. Para isso, torna-se essencial construir um currículo que promova diversidade e equidade, entendendo a educação como espaço de fala, questionamento e mudança, onde diferenças sejam reconhecidas, respeitadas e valorizadas.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. **Supressão do termo “gênero” no atual PNE fomentou censura e perseguição nas escolas**. São Paulo: Ação Educativa, 2023. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/supressao-do-termo-genero-no-atual-pne-fomentou-censura-e-perseguiacao-per>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CARREIRA, D. **O informe Brasil — gênero e educação: da CONAE às diretrizes nacionais**. In: CARREIRA, D. (coord.). *Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais*. [S.l.]: Ação Educativa; Cladem; Ecos; Geledés; Fundação Carlos Chagas, 2016.

ALTMANN, Helena. *Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente*. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, p. 69–82, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Cadernos SECAD, n. 4. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/pronacampo/pdf/bib\\_cad4\\_gen\\_div\\_prec.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/pronacampo/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf). Acesso em: 15 jan. 2025.

BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>.

COELHO, Leandro Jorge; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 21, n. 4, p. 893–910, dez. 2015. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132015000400007&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132015000400007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-7313201500400007>.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. **Nuances**, v. 4, p. 123–133, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma política pós-identitária para a educação**. In: LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RIBEIRO, P. R. C. **Revisitando a história da educação sexual no Brasil**. In: RIBEIRO, P. R. C. (org.). Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar. 3. ed. Rio Grande: FURG, 2013. p. 11–16.

ROSEMBERG, F. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 53, p. 11–19, 1985.

SAYÃO, Y. **Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários**. In: AQUINO, J. G. (org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. 1. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1997. p. 107–117.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–100, jul./dez. 1995.

SILVA, Gabriele. **Qual o significado da sigla LGBTQIA+?** Educa Mais Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SOARES, Z. M. P.; SANTOS, N. R. L. dos; PEREIRA, S. **Documentos curriculares: gênero e sexualidade em discussão**. Goiânia: CIAR/UFG, [s.d.]. Disponível em: [https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/edipe/artigo\\_07.html](https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/edipe/artigo_07.html). Acesso em: 15 jan. 2025.

---

i Sobre o autor:

**Helton Gonçalves de Oliveira** (<https://orcid.org/0009-0002-7290-6322>)

Possui Curso Normal Superior pela Universidade Estadual de Montes Claros (2004), Curso de Especialização "Lato Sensu" em Supervisão Educacional - Universidade Estadual de Montes Claros (2006), Graduação em Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes - Matemática pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, FGF, Fortaleza, Brasil (2008), Graduação em Pedagogia pela Universidade

---

Estadual de Montes Claros (2009), Especialização em Gestão Pública Municipal Integrada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2010) e Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2018). Atualmente é Doutorando do Curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Foi Secretário Municipal de Educação de Novorizonte MG (2005-2008) e desde janeiro de 2013 é Inspetor Escolar, com atuação na Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí/Secretaria Estadual de Educação (Governo do Estado de Minas Gerais). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração Educacional.

**Como citar este artigo:**

OLIVEIRA, Helton Gonçalves de. Entre a retórica da ideologia de gênero e a inclusão: uma análise dos desafios e possibilidades para trabalhar gênero e sexualidade nas escolas de educação básica do Brasil. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**. vol. 15, n. 3, p. 110-119, 34ª Edição, 2025. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>.

**Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

**Indexadores:** DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR